

EDMILSON COSTA

NACIONALIZAR OS BANCOS

a conta ainda
não foi apresentada

O programa oficial define o destino, mas não informa preço, fonte de recursos nem transição.

O QUE ESTÁ NO PROGRAMA

Nacionalização, controle público e estatização do sistema monetário e financeiro.

O texto também prevê um Banco dos Trabalhadores para gerir fundos previdenciários e de seguridade social.

Não aparecem no documento o universo de instituições, o método de aquisição, a indenização, o custo fiscal nem o calendário.

A ESCALA DO SISTEMA

R\$ 7,4
trilhões

era o estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional em julho de 2026.

R\$ 2,7 tri

empresas

R\$ 4,6 tri

famílias

O estoque de crédito não é preço de compra. Ele mostra a dimensão operacional que teria de continuar funcionando durante a transição.

A BARREIRA JURÍDICA

A Presidência não transforma todo o sistema financeiro por decreto.

Artigo 192: o sistema financeiro é regulado por leis complementares.

Artigo 5º, XXIV: desapropriação exige lei e justa e prévia indenização em dinheiro, salvo exceções constitucionais.

A forma jurídica escolhida alteraria custo, quórum legislativo e prazo.

A CONTA DA ELEIÇÃO

A CONTA QUE FALTA

- ESCOPO** Quais bancos, cooperativas, financeiras e instituições de pagamento entrariam.
- AVALIAÇÃO** Como calcular participações, passivos, capital regulatório e indenizações.
- CUSTEIO** Qual fonte pagaria aquisições sem ampliar dívida ou comprometer outras despesas.
- TRANSIÇÃO** Como preservar depósitos, crédito, Pix, cartões, contratos e concorrência.

EXECUÇÃO EM 4 ANOS

 **1/10**

VERMELHO

Infraestrutura pública existe, mas o plano não apresenta base jurídica suficiente, financiamento, desenho técnico nem cronograma para estatizar integralmente o sistema.

Viabilidade jurídica 0 + financiamento 0 + capacidade administrativa 1 + condições técnicas e econômicas 0 + cronograma 0 = 1.

Nota provisória, confiança média. Avaliação editorial, não probabilidade estatística.
